

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Ed Alves/CB/D.A Press



Reprodução



Aliados de Ibaneis pedem intervenção no MDB-DF

O rompimento entre o ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) e a governadora Celina Leão (PP) causou um racha no MDB-DF. Um grupo liderado pelo deputado federal Rafael Prudente (MDB-DF) pediu à direção nacional do partido uma intervenção para destituir da presidência regional o deputado distrital Wellington Luiz. Por trás dessa articulação está Ibaneis, que quer ter o controle total da legenda no DF para definir os rumos e as alianças na disputa eleitoral de outubro. Para o grupo de Ibaneis, deixar o partido sob a presidência de Wellington é mantê-lo em aliança em torno da reeleição de Celina.

Candidatura própria

Ibaneis quer o poder de decisão sobre a candidatura majoritária, com possibilidade de lançar um outro nome para se contrapor a Celina. Wellington Luiz não topa esse caminho. Ele defende apoio à reeleição da governadora.

Os motivos do afastamento

Na carta enviada à direção nacional, ficam claros os motivos da declaração de rompimento por parte de Ibaneis. Ele não gostou da declaração de Celina de que “sucessão não é submissão”, considerado um grito de independência em relação ao governo anterior. Outro motivo: como candidata à reeleição e no papel de governadora, Celina assumiu a coordenação política da coligação de partidos que estarão juntos nas eleições. O ex-governador também não gostou das críticas públicas feitas por Celina à gestão do BRB que levaram ao prejuízo bilionário pelas operações com o Master.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Baleia vai decidir

O presidente nacional do MDB, Baleia Rossi, terá de tomar uma decisão sobre o pedido de intervenção no partido. Eles querem a avocação provisória da competência para deliberar sobre candidaturas majoritárias.



À QUEIMA-ROUPA ROBERTO GIFFONI, SECRETÁRIO-GERAL DO PSD-DF

“Este rombo do BRB/Master que está sendo transferido para a população do DF muito nos preocupa por comprometer o futuro e colidir com a Lei de Responsabilidade Fiscal”

Como estão os preparativos para a campanha de José Roberto Arruda? Ele será mesmo candidato?

A pré-campanha está a todo vapor. O partido está unido em torno da candidatura do Arruda e a receptividade da população ao nome dele tem sido excepcional. Temos convicção de que o Arruda será candidato, para resgatar o Distrito Federal.

O STF julga uma ação direta de inconstitucionalidade que contesta as regras que mudaram a Lei da Ficha Limpa. Essas mudanças são essenciais para a elegibilidade de Arruda. Mas o processo está suspenso por pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. O que acontece se a ação só for julgada depois das eleições?

Essa mudança veio para sintonizar a Lei de Improbidade com o texto constitucional. Não foi sem sentido que o legislador definiu como limite da sanção cível o prazo de oito anos. Da forma como vinha ocorrendo, esse prazo estava se igualando com as penas dos tipos penais mais severos, na medida em que as vedações eram aplicadas logo após a primeira decisão colegiada, enquanto o prazo de oito anos só começava a contar após o trânsito em julgado do processo. Isso poderia demorar mais 10, 15 ou até 20 anos, o que nunca foi a intenção do legislador. De nossa parte confiamos no STF e no reconhecimento da constitucionalidade das modificações aprovadas pelo Congresso Nacional.

O senhor, como secretário-geral do PSD, tem cuidado da nominata e das estratégias de campanha. Quem deve ser o vice ou a vice? Acredita que pode ser a Elany Leão, presidente do PSD Mulher?

Temos boas nominatas para federal e distrital, tanto no PSD, quanto no Avante. O presidente Kassab, Paulo Octávio, Gim Argello, o próprio Arruda, e a Executiva

Arquivo Pessoal



dos dois partidos se envolveram de forma direta nessa construção e o meu partido ainda teve a chegada de um grupo importante que veio de outra agremiação, e agora somos todos PSD, com o Lucas Kantoyanis somando conosco na Executiva. Sobre a candidatura a vice, será feita só mais a frente, próximo das convenções, e dependerá muito das composições partidárias que acontecerem até lá, visando principalmente fortalecer a campanha majoritária.

Acredita numa volta da dobradinha Arruda-Paulo Octávio?

Essa dobradinha já está acontecendo, Paulo Octávio é o nosso presidente, tem atuado muito pelo fortalecimento do PSD, se entende muito bem com o Arruda, o que se fortaleceu quando fizeram um governo excepcional juntos, e que é lembrado pela população até hoje, tamanhas foram as realizações. Arruda e Paulo Octávio, com estilos diferentes, sabem muito bem tocar um projeto de governo em favor de todo o DF.

Qual vai ser a principal bandeira de campanha de Arruda?

Em primeiro lugar arrumar as contas. Este rombo do BRB/Master que está sendo transferido para a população do DF muito nos preocupa por comprometer o futuro e colidir com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em paralelo uma mudança radical na gestão da saúde, para que a população possa ser atendida e respeitada no seu direito a consultas, exames, cirurgias e medicamentos. Um projeto planejado de mobilidade, com a construção da interbairros, do anel rodoviário e a construção de quatro novas linhas de metrô. Voltar com a escola de educação integral, inclusive nos centros de ensino especial e valorização das carreiras do magistério. Estamos construindo um plano de governo robusto e exequível em todas as áreas para resgatar o DF.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Presidente do PSB-DF lança livro que analisa o 8 de Janeiro

O presidente do PSB-DF, cientista político e doutorando em direitos humanos, Rodrigo Dias, acaba de lançar em pré-venda nas plataformas digitais o livro *Totalitarismo e a Nova Extrema-Direita: uma análise do 8 de Janeiro sob a ótica de Hannah Arendt*. A obra é resultado de sua pesquisa acadêmica de mestrado e busca compreender as motivações, crenças e valores que mobilizaram os participantes dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Mudança de rumos

O presidente do Sindicato dos Médicos, Gutemberg Fialho, era oposição ao governo Ibaneis Rocha, mas, agora, será candidato ao lado da atual governadora, Celina Leão. Ela estará no lançamento da pré-candidatura de Gutemberg à Câmara Legislativa hoje.

Ed Alves/CB/D.A Press



Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Promotora de Justiça do MP-SP vai receber a Medalha Ruth Cardoso

Celeste Leite dos Santos, que atua no Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e é presidente do Instituto Pró-Vítima, estará entre as cinco homenageadas pela promoção dos direitos das mulheres e combate à violência. A solenidade será realizada na próxima quarta-feira, às 19 horas, na Secretaria de Cultura paulista. A trajetória dedicada à defesa dos direitos das mulheres, à proteção de vítimas e à elaboração de políticas públicas que defendem maior acesso da sociedade ao Judiciário garantiu à promotora de Justiça do MP-SP uma das mais altas honrarias concedidas pelo Estado.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

»Entrevista | THÚLIO MORAES | PRESIDENTE DA EMPRESA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS RURAIS

Regularização no campo avança

Ao CB.Agro, dirigente da estatal explicou os avanços nos processos de formalização de áreas na macrozona rural

» VITÓRIA TORRES

A Terracap administra cerca de 230 mil hectares na macrozona rural do Distrito Federal. Responsável por conduzir os processos de formalização dessas áreas, a Empresa de Regularização de Terras Rurais (ETR) completa três anos com a promessa de acelerar um trâmite historicamente marcado pela burocracia. Presidente da estatal, Thúlio Moraes foi o entrevistado do CB.Agro — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília — de ontem. Aos jornalistas Sibeles Negromonte e Roberto Fonseca, ele falou sobre os avanços da regularização fundiária rural e a expectativa de produtores que aguardam a escritura definitiva de suas terras.

Qual balanço o senhor faz da evolução desse trabalho no DF?

A ETR é uma subsidiária integral da Terracap, criada exclusivamente para promover a regularização fundiária das terras pertencentes à Terracap localizadas na macrozona rural. Esse é o nosso objeto social. A empresa aproveita toda a expertise que a Terracap já possui na macrozona urbana em relação à escrituração e titulação dessas áreas. A partir

de uma decisão do governo do então governador Ibaneis Rocha, foi criada uma subsidiária voltada exclusivamente para atender a macrozona rural e seus produtores. Temos muito orgulho dos resultados alcançados. A ETR surgiu como uma aposta para resolver definitivamente uma questão fundiária complexa e muito particular do DF. Hoje, comemoramos três anos mostrando que deu certo. Já regularizamos mais de 30 mil hectares por iniciativa própria da ETR, temos mais de 11 mil hectares com matrícula individualizada e entregamos mais de 1,1 mil contratos. Isso representa um avanço importante e uma desburocratização do processo.

Como funciona o processo de regularização?

Quando a ETR foi criada, a Secretaria de Agricultura nos repassou 3.950 processos pendentes de decisão administrativa. Fizemos um cálculo rápido e concluímos que, mantendo a metodologia utilizada até então, levaríamos cerca de 10 anos para zerar a fila. Por isso, decidimos inverter a lógica do processo. Hoje, temos menos de 800 processos pendentes de decisão. Conseguimos reduzir significativamente. Agora, trabalhamos por meio de editais de



chamamento, porque o Estado é o promotor da regularização e a Terracap, como proprietária das áreas, é a principal interessada nesse processo. Com a regularização, conseguimos identificar quem ocupa as áreas, cobrar uma retribuição anual, incentivar a produção e garantir a permanência das famílias no campo. Nos editais, o produtor já recebe o plano de utilização do imóvel, além de toda a análise técnica previamente

realizada. Antes, eram 28 etapas. Hoje, reduzimos para quatro.

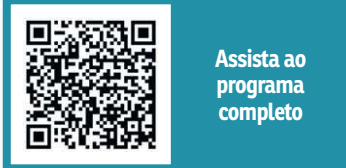
Quais requisitos o produtor precisa cumprir para conseguir regularizar a terra?

O principal requisito é demonstrar que está cumprindo a função social da propriedade. A legislação estabelece que, na macrozona rural, pelo menos 40% da área deve ser destinada à atividade rural ou

ambiental efetiva. Conseguimos verificar isso por meio de análises de sensoriamento remoto e do histórico de uso e ocupação do imóvel. Portanto, o principal requisito está relacionado ao uso da terra. Além disso, o imóvel precisa ter no mínimo dois hectares, possuir inscrição obrigatória no Cadastro Ambiental Rural e o ocupante precisa cumprir requisitos pessoais, como não possuir dívidas com o Distrito Federal e não ter sido beneficiado anteriormente em outro processo de regularização.

Quais áreas já foram regularizadas e quais apresentam maior dificuldade?

O Núcleo Rural Lago Oeste é uma área que passou recentemente para a gestão da Terracap. Lá, aproximadamente 50% dos imóveis localizados na Fazenda Contagem de São João, de propriedade da Terracap, já possuem contrato de concessão de uso. Também realizamos um trabalho intenso na Vargem Bonita, no Caub I e II, na Fazenda Ponte Alta, às margens da DF-080, e na ARIE JK, entre Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, onde concluímos toda a análise técnica. Ao todo, já lançamos 17 editais de chamamento. As áreas mais complexas ficaram



Assista ao programa completo

para etapas posteriores, justamente pela dificuldade técnica. Hoje, o maior desafio são as áreas periurbanas, onde a ocupação do solo muitas vezes já descaracterizou a função social da propriedade. No segundo semestre, vamos começar a trabalhar também em áreas destinadas a assentamentos.

Como garantir que o processo de regularização também respeite os critérios ambientais?

O maior instrumento para evitar a ocupação desordenada do território é justamente a regularização, porque ela cria uma perspectiva de permanência e fortalece a fixação do homem no campo. Estamos muito atentos à questão ambiental, e isso não é uma opinião. Basta observarmos como ocorreu o processo histórico de ocupação do DF. O trabalho de regularização começa olhando para os planos de manejo das unidades de conservação.